



QUEM SOMOS:

O Pensamento Sindical Livre (PSLIVRE), é um espaço aberto e livre para o aprofundamento das reflexões, do debate democrático das ideias, da formulação de propostas sempre apoiadas no livre pensamento sindical – visceralmente conectado com a base e na articulação para ações eficazes dentro da FASUBRA Sindical.

Os seus militantes se opõem radicalmente ao capitalismo travestido de neoliberalismo, ao governismo, ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Estão empenhados na construção de uma FASUBRA LIVRE, verdadeiramente democrática, com pessoas autônomas e livres.

SENDO ASSIM, ASSUMIMOS PUBLICAMENTE:

I – Responsabilidade na transformação da FASUBRA num verdadeiro espaço democrático, sempre voltado a melhoria da realidade da nossa categoria;

II – Uma postura crítica, colaborando com o desenvolvimento da nossa categoria, do povo brasileiro e de uma sociedade verdadeiramente socialista, justa e ancorada na democracia;

III – Atuar sempre respaldado na ética, dentro ou fora do movimento sindical;

IV – Oferecer alternativas e abrir novos campos de lutas sempre orientado pelas nossas bases, através dos seus reais interesses, bem como, da população brasileira;

V – Criar entre todos os integrantes um clima de trabalho cooperativo, com extrema lealdade e desprendimento carreirista que possibilitem um modelo de fraternidade comunitária a serviço das lutas sociais;

VI – Praticar sistematicamente a autocritica em todos os procedimentos e atos, corrigindo erros, aperfeiçoando métodos, sempre comprometidos com a vontade emanada das bases;

VII – Participar ativamente da luta para que seja possível vencer o neoliberalismo através da liberdade de pensamento, livres das ordens partidárias ou dos movimentos sindicais atrelados a partidos políticos;

VIII - Rejeitar a capitulação governista e as estruturas partidárias por dentro dos sindicatos que só visam o aparelhamento da máquina sindical;

IX – Atuar entendendo que os partidos políticos são instituições importantes para o crescimento social do povo brasileiro, uma vez que não existe democracia de fato sem os partidos políticos. Mas, rejeitar a ação de grupos que tentam se apoderar e/ou aparelhar as organizações sindicais e sociais em benefício partidário;

X – Atuar como um grupo democrático, no qual as decisões são sempre colegiadas, não aceitando decisões unilaterais, além de rejeitar todos os níveis de capismo no movimento sindical;

XI – fomentar a formação política, **dando sempre ênfase na liberdade** entre o grupo;

XII – Contra o assédio moral, racial ou de gênero;

A QUEM POSSA INTERESSAR:

A militância do PSLIVRE fez campanha e votou no Lula contra o fascismo que nos governou entre 2019 a 2022. Todavia, o nosso único compromisso é com a nossa categoria e com a classe trabalhadora em geral. Portanto, não temos nenhum compromisso ou vínculo partidário com o governo Lula, a bem da verdade, não temos vínculo com qualquer governo. Sempre que preciso for nós vamos fazer críticas e lutas, algumas serão bem duras se necessário for. Sendo assim, **o único compromisso que temos é com a luta da categoria por direitos e por dias melhores.**

CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL:

A guerra entre Rússia e a Ucrânia, tem deixado a população da Ucrânia e o País com sérias consequências.

Atualmente é o conflito armado mais comentado e perigoso do mundo. E o preço a se pagar é muito alto, sem mensurar as vidas de inocentes são pagas com sangue e nem a Rússia e a OTAN dão sinais de trégua.

Existem outros países que estão passando por conflitos armados, crises humanitárias e de segurança. Podemos citar o Chile que enfrenta incertezas econômicas onde houve a rejeição da nova Constituição.

O Presidente Gabriel Boric declarou que o processo para uma nova carta Magna deverá continuar. A constituição que continua em vigor é da década 1980, era Pinochet.

Portanto somos contra qualquer tipo de violência entre as nações e é preciso compreender que a guerra nunca foi e nunca será a solução para resolver conflitos entre países.

Vivemos ainda os desdobramentos da pandemia de COVID-19 e o flerte do Brasil com o fascismo. Para piorar ainda temos a sanha do capital especulativo trazendo de volta a fome com todas as suas mazelas, inclusive com severos reflexos no Brasil.

Os desdobramentos acima se dão com muita crueldade na ponta, onde as maiores vítimas são os seres humanos. A perda dos empregos, da educação e da saúde fragiliza e muito a todos nós.

Portanto, ainda vivemos dias de barbárie capitalista que pouco mudaram desde o século XIX (Marx e Engle) até os dias de hoje.

Nas eleições de 03 e 30 de outubro de 2022, o país foi às urnas e elegeu um governo de amplo escopo ideológico. Enfrentamos não apenas a face mais cruel do fascismo, mas também toda a sua máquina financeira a serviço dos seus anseios mais mesquinhos e cruéis.

A luta contra o fascismo venceu por muito pouco, mas venceu. Agora teremos a dura reconstrução de toda uma nação destruída e dividida.

O governo atual tem a dura missão de recuperar os empregos, combater duramente a fome e todas as suas mazelas. O governo tem que proteger verdadeiramente os povos originais, quilombolas e outros segmentos mais desprotegidos, vide o genocídio do povo Yanomami que fere de morte toda a decência e escancara a crueldade do grande capital.

Dentro de tão desafiadora conjuntura temos que lutar pela recomposição das nossas vidas laborais que desde 2017 estão congeladas e com uma defasagem próxima a 40%. Portanto, teremos que reconstruir um projeto de recomposição das perdas salariais para que possamos minimamente sobreviver com dignidade o quadriênio 2023-2026.

PREVIDÊNCIA:

Defendemos que a FASUBRA Sindical faça um profundo debate previdenciário com bastante folego. O debate tem que ser focado na realidade atual, uma vez que o referido debate tem sido renegado há anos dentro da Federação. E que desse debate tenhamos uma tese publicada em formato de livro e distribuída na categoria para futuras lutas.

Podemos começar pelo debate sobre a FUNPRESP, um debate sem paixões e preconceitos, tudo feito com os pés no chão. Temos que ter coragem de assumir posições diante dos desdobramentos nefastos para os novos TAE desde fevereiro de 2013.

Outro debate que tem que ser feito com extrema profundidade é a atual Reforma da Previdência que veio endurecer profundamente o acesso à aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, mudando drasticamente as correlações de idade x tempo de serviço x qualidade de vida x aumento de alíquotas sobre o PSS.

Defendemos a total revogação das Reformas das Previdências.

Temos que ir além do debate ideológico, temos que propor ações sérias, focadas na realidade e acima de tudo focada no estado que temos e no estado que realmente queremos ter.

Carreira:

Apesar de conhecer toda história sobre a conquista do PCCTAE em 2005, sabemos que precisamos retomar alguns pontos primordiais para apresentar a mesa de negociação com a representação da CNSC-Comissão Nacional de Supervisão da Carreira através da resolução congressual e plenárias nacionais.

Discutir a questão do dimensionamento.

Apresentar propostas ao governo sobre cargos extintos, pois com os cortes de verbas na educação os reitores não conseguiram arcar com os pagamentos das empresas terceirizadas. Precisamos quantificar a necessidade de pessoal para o trabalho nas IFEs.

Dar continuidade na discussão sobre os fazeres dos cargos no PCCTAE, defendemos que saber e competência construído pelos trabalhadores na experiência do trabalho deva ser valorizado assim como a educação formal.

Lutar pelo aprimoramento da carreira, focado principalmente no aumento do nosso piso e STEP histórico.

Lembramos que somos o pior piso do Poder Executivo, verdadeira vergonha.

Em 2018 no XXIII CONFASUBRA fomos favoráveis minimamente a abertura do debate sobre a volta das gratificações que incluía os aposentados e pensionistas. Principalmente depois da FUNPRESP em fevereiro de 2013 que modificou dramaticamente as aposentadorias dos referidos trabalhadores que entraram no Serviço Público depois da FUNPRESP em 2013.

Acreditamos que devemos aumentar o número de níveis de classificação até para atendermos a nova regra previdenciária que prorrogará ainda mais tempo de serviço ativo, bem como, melhorar os atuais percentuais de Incentivo a Qualificação e também aumentar os níveis de capacitação de 4 para 6 níveis. Aumentar o nível do interstício 1 à 21.

Desenrolar de vez a eterna questão da racionalização, ou temos ou não temos. Não podemos mais ficar no impasse que estamos, basta de enganação, vamos sair do discurso, temos que priorizar esta luta também indo direto para prática.

DEMOCRACIA NAS IFES

Defendemos que o voto para escolha dos Reitores dentro das comunidades acadêmicas (Docentes, Técnicos e Alunos) seja pelo voto universal, um homem ou mulher um voto valendo 100%. Mas, aceitamos negociar minimamente a implantação do voto paritário.

Mesmo durante os governos Lula e Dilma a correlação de forças eram totalmente desiguais dentro dos Conselhos Universitários. Não apenas na sua constituição e ocupação das cadeiras, como também na hora do voto e posterior confecção da lista tríplice com as indicações dos 3 nomes dos candidatos indicados (eleitos) para reitoria a ser entregue no MEC para escolha.

Portanto, acreditamos que a FASUBRA tem que minimamente lutar pela conquista do voto paritário, pois é inadmissível os nossos votos valerem apenas 15% do voto de um docente.

PRÓXIMO DO FIM, OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS NÃO PODEM...

Ser negligenciados através de políticas equivocadas do governo de plantão. Não podemos esquecer da importância da construção diária histórica dos HUs, desde a sua origem nas faculdades de medicina até os dias de hoje.

As primeiras universidades foram construídas no Brasil Império, logo após a chegada da família real, em 1808. Foi D. João VI que ordenou a criação de duas Faculdades de Medicina: uma na cidade de Recife e outra na cidade do Rio de Janeiro.

Naquela época, as pessoas nomeadas pelo rei para ocupar os cargos de direção dessas Faculdades alertaram Sua Majestade de que a boa formação médica exigia a existência de práticas clínica e cirúrgica realizadas em um ambiente hospitalar.

Dessa forma, D. João VI determinou que o Hospital da Guarda Imperial e o Hospital dos Jesuítas seriam esses locais. Aí nascia, ainda na sua forma embrionária, no Brasil, a ideia de hospital-escola.

Os anos passaram, universidades públicas foram sendo criadas, sendo que as suas faculdades de medicina passaram a ser integradas também por hospitais-escolas, surgindo, assim, os hospitais universitários, vinculados e integrados às universidades públicas federais ou estaduais, verdadeiras extensões das respectivas faculdades de medicina e campo de ensino, aprendizagem e pesquisa de todas as áreas da Saúde, mas particularmente Medicina e Enfermagem.

Com a criação do SUS - Sistema Único de Saúde -, previsto na Constituição Federal de 1988, esses hospitais ganharam uma nova dimensão, constituindo-se em centros de alta complexidade na assistência em saúde e referências no SUS para essa finalidade. Mais do que isso, como hospitais integrantes do SUS, passavam a se submeter ao chamado controle social, firmando-se, assim, como instituições pertencentes à sociedade, e não mais ao Estado.

Para atender a tudo isso, a autonomia é elemento necessário e obrigatório, do mesmo modo que o seu regime jurídico administrativo de direito público também o é.

Servidores públicos estáveis, reconhecidos como carreira pública de Estado, passam a ser um elemento de estabilidade, eficiência e continuidade institucional, implicando na formação de uma identidade própria junto à comunidade na qual aquele determinado hospital universitário está inserido. Sem qualquer finalidade de lucro econômico, a sua finalidade única está no chamado lucro social.

No entanto, em pleno século XXI estamos assistindo à destruição desses hospitais-escolas. Os constantes ataques à saúde pública e à educação no Brasil têm causado uma asfixia de todo o sistema educacional (principalmente nas universidades públicas) e o colapso da saúde pública no país.

Após o Decreto n. 7661 de 2011, assinado nos seus últimos dias do presidente Lula - Luiz Inácio da Silva, e a Lei 12.550 de 15 de dezembro de 2011 que colocou os hospitais universitários (HUs) em situação precária e destruidora, intenção essa para retirada da responsabilidade direta do

MEC e dos reitores das universidades federais, e assim entregou nas mãos de oportunistas gestores com visão de privatização e gerenciamento de portas fechadas. Também foram doados tudo a EBSEH, como: Instrumentos, máquinas hospitalares, patrimônio público e servidores estatutários, que por sua vez é administrado por gestores indicados e com cargos de confiança.

Durante todos esses anos de implantação acompanhamos as deliberações dos Conselhos Universitários sobre as pressões para aderir com o compromisso de ter mais verbas para injetar nos hospitais universitários. E hoje contamos com quase todos os Hospitais Universitários sendo administrado pela EBSEH.

Esses são exemplos do maior ataque que a saúde e o ensino poderiam sofrer e sem chances de defesa. Podemos afirmar que não fomos ouvidos e não deram a oportunidade ao nosso movimento apresentar o projeto HU pela FASUBRA ao MEC.

Não bastando isso, tivemos grandes perdas de servidores estatutários pela Lei 8112/88, pois encerraram a abertura de concurso público por esse meio com a chegada de abertura de concurso público pela EBSEH. Com isso veio o grande conflito de interesse entre as partes dos trabalhadores, como carreiras e salários que são completamente diferentes entre os concursados da EBSEH e Servidores Estatutários. Iniciando também diferença hierárquica na hora de conduzir os trabalhos entre a Lei 11091 e EBSEH, exemplo na hora das avaliações onde deveria ser realizada pelas próprias chefias estatutárias, e no caso estão sendo avaliados por chefias ligado a EBSEH, o qual acaba prejudicando as avaliações dos servidores estatutários que carregou os hospitais universitários antes da chegada da EBSEH. Existe além de tudo diferentes representações sindicais onde isso faz com que tenhamos mais divisões da classe trabalhadora com diferentes direitos em um só ambiente, como mesas de negociações, como carreira e salário. No entanto a FASUBRA representa os Servidores Estatutário e CONDSEF vem representando os concursados da EBSEH, gerando conflitos trabalhistas.

A EBSEH em vez de melhorar só apresenta mais problemas, como fechamento de leitos do SUS, diminuição de exames pelo SUS, portas fechadas para internações e portas fechadas para o Pronto Socorro, pesquisas, atendimentos e formação de profissionais prejudicadas dentro de uma Escola chamada Universidade Pública Federal.

Outro ponto para demonstrar é sobre o sofrimento desses profissionais da saúde onde vem perdendo o seu direito de atendimento também como pacientes quando passa mal ou quando precisa do serviço hospitalar para se recuperar da saúde, negaram inclusive atendimento à muitos servidores durante a PANDEMIA COVID 19, onde salvaram vidas com seu trabalho e eficiência.

Hoje se negam a dar assistência a quem dá assistência ao povo.

Com a EBSEERH aumentaram de forma significativa os assédios morais e opressões obrigando muitas vezes a realizar exames e atendimento para convênios que vem sendo implantados nos Hospitais Universitários após as reformas dos setores.

Estamos nos tornando o único país a não ter um hospital de ensino em suas universidades públicas.

O que esperar de um país que não investe na formação de qualidade dos futuros profissionais da saúde? Que futuro esperarmos desses alunos? Que assistência terão nossos doentes? Qual o futuro da saúde em nosso país? Que tipo de profissionais estamos preparando para cuidar do bem mais valioso que temos? “A nossa saúde”.

O cenário que se apresenta no Brasil de hoje, como política pública para o setor da Saúde, é um projeto de desconstrução de tudo aquilo que foi conquistado com muita luta, por uma ação perversa da doutrina ideológica neoliberal, cujos preceitos não cabem no nosso texto constitucional.

Os direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988 estão sendo surrupiados dos cidadãos brasileiros por políticos corruptos e sem compromisso com o país, com seu povo e com as questões sociais que os afligem.

Os hospitais públicos federais universitários sofrem um processo de descaracterização de sua natureza jurídica, pois estão sendo transformados em filiais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH.

Observamos e acompanhamos modelos de contratos, parcerias com o governo/ Hospitais Universitários/ EBSEERH originando ideias pioneiras e precárias igual ao hospital UNIFESP/HSP-SPDM e o Hospital do Rio Grande do Sul, visões modernas e sugadores de verbas que entram de todos as instâncias, como da União, Estado, prefeituras e outras doações para se sustentar, levando a crer na existência de possíveis desvios de verbas, sem a prestação de contas e o portal de transparências. Com apenas o propósito da destruição dos hospitais de referências, pesquisas, formação, extensão e atendimento de excelências como era os transplantes de rim, fígados e corações e outras especialidades preparados para dar continuidade nos tratamentos. Hoje afirmamos que só aumentaram as filas e mais filas por espera de exames, cirurgias e tratamentos. Essa é a triste realidade atual.

Analisamos as perdas da vocação para o ensino e passando a existir prioritariamente para a função assistencial, destruindo a educação e o atendimento 100% SUS, desse modo, aquela sua função acadêmica vai ficando cada vez mais desprezada.

A EBSEERH assume a autonomia que um dia foi da universidade, destrói a carreira pública estatutária dos profissionais da Saúde desses hospitais, promove uma política de assédio moral

generalizado, muda o perfil dessas instituições, redimensiona serviços e pessoal, implanta normas restritivas ao livre acesso para o atendimento médico da população, modifica, de forma arbitrária, turnos e setores de trabalho dos servidores públicos, desativa leitos hospitalares, cria inúmeros cargos comissionados, além de impor uma gestão empresarial absolutamente incompatível com a finalidade pública de um hospital-escola.

A redução de leitos hospitalares e de serviços leva a uma restrição à abertura de novas vagas para Residência Médica nesses hospitais.

Ao mesmo tempo, sob o manto da ideologia neoliberal, a assistência médica nos hospitais públicos universitários, por meio da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), passa a ser prestada sob uma lógica do lucro e não mais na do interesse público, tendo repercussões negativas na formação acadêmica de todos os profissionais da Saúde e nos projetos de pesquisa desses hospitais.

Mais do que isto, a EBSEH ofende a Autonomia Universitária, consistindo-se numa ameaça ao pensamento livre nesses hospitais.

Para o Banco Mundial, a gestão da Saúde Pública deve ser feita pelo setor privado, por meio das Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Não Governamentais (ONGs) e EBSEH, a partir da transferência de recursos públicos para essas entidades, caracterizando, assim, a apropriação dos fundos públicos da Saúde pelo setor privado, o que, em todo o país vem revelando um resultado caótico.

HUs E A INEXECUÇÃO CONTRATUAL PELA EBSEH

O compromisso de aumentar leitos, reativar leitos desativados, reabrir setores que estavam fechados e criar novos serviços não foi cumprido, entre outras cláusulas contratuais. Esse fator por si só poderia ser utilizado para a rescisão do contrato com essa empresa, ainda no primeiro ano de sua gestão, o que não ocorreu por falta de vontade política, pois é de ciência que a EBSEH nasceu para servir de cabide de cargos. Prova disso é que ela está sendo indiretamente gerida pelo DEM, e em cada estado há um político desse partido no comando.

Nos HUs em que a EBSEH foi implantada, muitas obras foram iniciadas e poucas foram concluídas. Nas que foram finalizadas, utilizaram-se materiais de péssima qualidade e com compras superfaturadas. As consequências dessa ingerência são paredes e tetos desabando.

Promoveram a desativação de lavanderia e serviço de nutrição, setores de extrema importância aos HUs, que operavam com qualidade (mesmo diante das dificuldades diárias enfrentadas por outros serviços públicos no país).

Dessa forma, terceirizaram esses setores, bem como vários outros serviços (esterilização, manutenção, segurança, limpeza, laboratório etc.). A qualidade desses serviços atualmente é péssima, os pacientes reclamam da comida, os lençóis retornam com mau cheiro (ranço de óleo) e manchas de secreções, além de sumir muita roupa de cama. Em alguns Hus, houve períodos de falta de dieta adequada aos pacientes sob nutrição enteral – ocorrendo manipulação de alimentos sem que o serviço possuísse alvará sanitário.

Os serviços terceirizados de manutenção são deficitários, fruto de falha nos processos de licitações e contratos com a atual gestão. Em algumas instituições, a manutenção dos aparelhos de ar-condicionado foi suspensa por meses, e há vários aparelhos estragados. Pacientes acamados submetidos a temperaturas elevadas e muitas vezes apresentando hipertermia. Os servidores prestando assistência em situações adversas, principalmente em se tratando de ambientes insalubres como isolamentos, em que se exige paramentação completa. O calor dentro das enfermarias propiciou a infestação de insetos, tais como: moscas, baratas, pernilongos, etc. Além de várias enfermarias infestadas com piolhos de pombos.

FALTA DE DIÁLOGO E INCENTIVO DE CONFLITO ENTRE ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS

Não há diálogo entre as chefias e os estatutários, as decisões são tomadas de um dia para o outro. Servidores são remanejados repentinamente para outros setores ou são forçados a pedir mudança. Não são analisadas as questões pessoais dos servidores que já têm uma faixa etária considerável ou com algum agravo de saúde, de forma que lhes são atribuídas competências que sobrecarregam suas condições. Não há oitiva dos servidores quanto a suas experiências e saberes, pois as rotinas mudam em uma canetada, o que por vezes coloca em risco a assistência.

Há um discurso por parte da gestão durante o acolhimento dos novos concursados pela EBSEERH, que fomenta o conflito com os servidores estatutários: os estatutários são “dotados de vícios” e “são velhos, cansados e acomodados”. No entanto, quem capacita ou capacitou os trabalhadores da EBSEERH são ou foram os estatutários, pois estes detêm o conhecimento do serviço e suas peculiaridades. Ao término do treinamento, os estatutários são ou foram remanejados imotivadamente para outros locais, sem aviso ou considerações técnicas.

A gestão da EBSEERH não respeita os direitos dos estatutários, regidos pelo Regime Jurídico Único. Uma gestão verticalizada, autoritária e ditatorial. Não há abertura para diálogo, mas um regime separatista dentro da instituição, infringindo o direito à liberdade de expressão com ameaças de remanejamentos, aberturas de processos administrativos etc.

O assédio moral resultante do abuso de poder por parte da gestão e das chefias imediatas da EBSEERH é uma constante. Houve aumento significativo dos atestados psiquiátricos após a implantação da empresa. Muitos afastamentos e licenças médicas, servidores estatutários desenvolveram doenças autoimunes, síndrome do pânico e depressão, e até casos de suicídio

ocorreram em alguns HUs.

FALTA DE MATERIAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nessa gestão temerária da EBSEH, muitas mudanças na logística são impostas, mas as ordens vêm acompanhadas de redução de custo, que em verdade são desperdícios, denotando falta de planejamento, tais como: compra de soros inadequados, dos quais temos de utilizar volume de 500 a 1000 ml, para diluir medicamento que necessitaria de apenas 100ml, causando o descarte de 900ml. Além disso, o excesso de volume pode comprometer as condições clínicas dos pacientes.

Não bastasse, tudo isso agravado pela falta de material de consumo como fraldas, gazes, esparadrapos, compressas, agulhas, seringas, capotes, luvas, materiais para curativos, dentre outros, e ausência de órteses e próteses, tais como “*stents*” cardíacos, acarretando em suspensão de cirurgias. As situações descritas interferem na prestação de uma assistência de qualidade ao paciente, expondo os profissionais a riscos ocupacionais por falta de equipamentos de proteção individuais (EPIs) adequados, e submetendo a equipe a situação de estresse e doença. A falta de medicamento é uma constância, comprometendo o tratamento dos pacientes, principalmente no que tange à falta de antibióticos e antifúngicos, interrompendo esquemas e oportunizando a resistência e bactérias e fungos; aumentando o tempo de hospitalização e o gasto com medicações de última geração. Não há investimento em materiais de longa permanência tais como: respiradores, monitores etc; os que ainda existem funcionam de forma precária, pois estão sucateados. Muitos pacientes permanecem dias intubados em enfermarias com materiais improvisados e sem assistência médica adequada, pois não existe médico plantonista em muitas enfermarias. Pela lei, paciente crítico deve ser assistido nas 24 horas por médico, enfermeiro e técnicos de enfermagem.

Costumeiramente são feitos ISOLAMENTOS de contato ou respiratório, IMPROVISADOS, o que coloca em risco todos os trabalhadores dos HUs, além de prestar uma assistência inadequada. Tudo isso causa prejuízo ao atendimento dos enfermos, pois não conta com o necessário e adequado para o serviço, o que causa indignação aos servidores e risco a todos.

Quando reclamamos da situação somos veladamente ameaçados de remanejamento e taxados de “servidores problema”, “não somos exemplo”.

Como visto, a EBSEH, ao celebrar contrato, comprometeu-se a metas de desempenho, dentre elas a reativação de leitos, fechados por falta de recursos humanos. Entretanto, apesar de contar com corpo técnico-médico já concursado e empossado, a tão falada ativação dos leitos não ocorreu. Assim, caso não tenha havido uma nova pactuação prorrogando o prazo de reativação de leitos, a EBSEH, por não cumprir o pactuado, deu margem à rescisão contratual por inexecução do contrato.

COVID-19.

Agravou-se muito as relações interpessoais com a pandemia e as relações com a EBSEERH. Dentro dos HU/EBSEERH a falta crônica de materiais e insumos básicos para a lida diária era e ainda é a tônica. A falta de protocolos eficazes e vacinas para os trabalhadores geraram grandes conflitos, pois estava em jogo a vida dos pacientes e a vida dos trabalhadores. Esse quadro levou a morte inúmeros trabalhadores da área da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Importância da continuidade do posicionamento e proposta de melhorias aos HUs,

Não somos contra os trabalhadores da EBSEERH, somos contra essa má administração de gestores. Queremos discutir, dialogar com o governo e trazer esses trabalhadores a um único direito trabalhista enquanto servidores.

Continuaremos a lutar pela Revogação da EBSEERH.

Reivindicamos abertura de concurso público urgente pela lei 8112 nos HUs.

Defendemos a continuidade da existência dos HUs sobre a responsabilidade do MEC.

Continuar a combater qualquer modelo que seja ligado a Fundação Estatal de Direito Privado.

Defender a construção de Comissões paritários entre servidores, docentes e discentes da área da saúde para apresentar projeto de desenvolvimento interno das universidades.

Orientamos a respeitar decisões dos Conselhos Universitários quando aprovar seus regimentos internos HUs.

Defendemos a participação dos Técnicos Administrativos em educação em discussões relacionadas aos HUs, com a garantia de promover a melhoria e a transparência na parte democrática dos HUs.

Defendemos e incentivamos a continuidade e criação da CIS onde não houver, garantindo o acompanhamento de servidores Técnicos Administrativos em Educação quando estiver sendo avaliado em estado probatório ou avaliação dentro da carreira PCCTAE, como comissões dentro da Gestão com Pessoas nas Universidades Federais.

É preciso criar uma coordenação HU dentro da DN da FASUBRA para desenvolver e aprimorar o projeto existente, levantar dados sobre mais fundamentos da destruição dos HUs como a administração da EBSEERH.

Acompanhar e fazer parte de todos os fóruns do Conselho Nacional da Saúde e defender nossos princípios da Educação e Saúde em conjunto com o apoio de parlamentares que possam auxiliar a Revogação da EBSEERH.

Não podemos aceitar ideias devastadoras e intenções políticas de desmonte dos Hospitais Universitários aos que não necessitam do SUS e não conhece a realidade. Não podemos deixar destruir ou acabar com esses profissionais sob a responsabilidade do MEC. Portanto defenderemos qualquer tentativa do governo em migrar os HUs para o Ministério da Saúde,

destruindo o ensino superior, ciência, tecnologia e extensão. Por isso é preciso a reorganização dos trabalhadores dos HUs nacionalmente convocado pela FASUBRA para fortalecer a luta pela Educação e Saúde.

A LUTA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NA BASE DA FASUBRA.

Como sabemos há muito tempo os ataques continuam, e nesses últimos anos tivemos várias reformas como a Previdência Social, e não bastando isso lutamos e continuamos lutando contra o Decreto 10.620 do governo Bolsonaro de 2021, esse ataque ocorreu em um dos momentos mais críticos do INSS, e isso poderá ser o grande obstáculo enfrentados pelos/as servidores/as e pensionistas caso não seja revogado. Que a FASUBRA ratifique a isonomia entre ativos e aposentados na base da FASURBA.

PLANO DE LUTA E REFORMA ESTATUTÁRIAS:

- Defendemos a implantação imediata do PISO da Enfermagem dentro do PCCTAE.
- Aumento do percentual do plano de saúde a parte que o governo nos repassa no contracheque;
- Que o Auxílio Alimentação não saia do contracheque quando da aposentadoria;
- Defendemos a total revogação da Reformas das Previdências.
- Aumento Auxílio Creche;
- Implantação da Data Base anual pelo índice da inflação + ganho real a negociar quando de superavit nas contas públicas;
- Fim da cobrança do PSS sobre os proventos dos aposentados e pensionistas;
- Defendemos que a FASUBRA Sindical faça um profundo debate previdenciário (incluindo FUNPRESP e todas as Reformas), debate com folego e conteúdo focado na realidade, uma vez que o referido debate tem sido renegado há anos dentro da federação.
- Produção de material didático (livros, cartilhas e estudos) oriundo dos debates previdenciários e que sejam enviados a toda categoria para ajudar na luta;
- Reestruturação de todas as Carreiras do Executivo Federal com isonomia;
- Retorno dos cargos extintos, os níveis de apoio, como trabalhadores da limpeza, motoristas, vigilantes, porteiros... Funções ocupadas hoje por empresas terceirizadas, exclusão de todas as leis e brechas que permitiram a ocupação das carreiras do serviço público por empresas privadas, dessa forma estaremos melhorando a qualidade dos serviços prestados bem como proporcionando

mais dignidade e qualidade de vidas aos trabalhadores que atuam de forma primordial para o funcionamento da máquina pública. Sabemos que muitos destes trabalhadores não receberam seus salários devido a falência, fechamento das empresas contratadas, esses trabalhadores devem ter também o mesmo tratamento que damos aos servidores de outros níveis.

- Lutar pelo aumento do STEP para 5% e o PISO da categoria com início da carreira classe A de pelo menos de 3 salários-mínimos ou os 37% dentro do PCCTAE.

- Implantar a OIT 151 (negociação coletiva), data base, direito irrestrito a greve e liberdade e proteção sindical a todos os militantes;

- Que a FASUBRA ratifique a isonomia entre ativos e aposentados na base da FASURBA.

- Abrir o debate sobre a volta das gratificações não produtivista, incluindo os aposentados e pensionistas no recebimento de pelo ao menos em parte das mesmas;

- Aumentar o número de níveis de classificação para atendermos a nova regra previdenciária que prorrogará ainda mais tempo de trabalho no serviço público;

- Aumentar os níveis de capacitação.

- Melhorar os atuais percentuais do Incentivo a Qualificação;

- Desenrolar de vez a eterna questão da racionalização, ou temos a racionalização ou assumimos que não temos mais.

- O mandato da diretoria da FASUBRA e 03 é de anos improrrogáveis. Não podendo sobre hipótese alguma ser prorrogado. Caso seja necessário a prorrogação do mandato será criada uma junta provisória de acordo com a representação política mínima, indicada pelas forças eleitas, ou seja, o mesmo número de componentes dos plantões e garantindo minimamente a participação de uma pessoa por chapa.

- Regulamentar os plantões da FASUBRA que atualmente não são regulamentados. Criar um grupo de trabalho indicado pelas forças eleitas para elaborar o referido regimento em até 3 meses após a posse. O referido regimento será finalizado em até 6 meses após o início dos trabalhos. Esse grupo será misto, com participação virtual e presencial, tendo total manutenção dos seus custos pela Federação.

- Retornar o pagamento de 5% sobre a arrecadação dos 13º salários das entidades de base para FASUBRA. Nesse caso para sindicatos que já recolhem.

- Fundo de Greve recolhido para FASUBRA durante as greves passa a ser de 25% da arrecadação do fundo de greve total das entidades de base.

- Colocar no Estatuto da Federação que o mandato dos diretores e Conselho Fiscal são de dois mandatos consecutivos, podendo voltar após um mandato fora da direção. Qualquer alteração dessa cláusula já existente no Estatuto tem que ser aprovada por 70% do número de delegados votantes em qualquer Congresso.

- Combate as opressões.
- Reativar os GTs pela FASUBRA.
- Reativação da Formação Política.
- Fortalecer a luta pelas causas trabalhista, assédios sexuais, opressões e tudo que envolve bandeira de luta da classe trabalhadora das mulheres.
- Recuperar as cadeiras perdidas no governo Bolsonaro como CONAE, CNS e outras que puder ser inclusa ou recuperada.
- Discutir a organização sindical nacionalmente.
- 30 horas para todos sem redução do salário.
- Apresentar propostas sobre o dimensionamento ao governo.
- Proposta de aumento de vagas nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e Doutorado para todos.
- Defendemos a revogação do Decreto 10.620 onde retira os aposentados da folha de pagamento direto do MEC.
- Aprovar de vez o Direito a greve no Serviço Público, bem como negociação coletiva anual.
- ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA:
 - Inclusão de um Artigo no Estatuto - Desmembrando da Coordenação de Seguridade a Previdência Social e os HUs, com criação de uma nova Coordenação com assuntos dos HUs e outra sobre Previdência. Minimamente colocar a previdência dentro da coordenação de Aposentados.
 - ART. Atribuições da Coordenação Hospitais Universitários:
 - I – Coordenar, representar, discutir, acompanhar, aprimorar assuntos em geral sobre a política traçada pelo governo, lutar por vagas para representar nos fóruns existentes sobre saúde, SUS, HUs nacionalmente.
 - II - Subsidiar a DN e entidades de Base com estudos e propostas sobre os assuntos HUs.
 - III - Planejar e promover ou participar de eventos e representações das cadeiras cedidas pelo governo à FASUBRA assuntos relacionados aos hospitais, SUS e CNS.
 - IV - Promover, acompanhar seminários, encontros nacionais, assuntos relacionados aos HUs e aprimorar os projetos existentes na FASUBRA.

V –Manter articulada com os parlamentares para Revogação da EBSEH e assuntos sobre a HUs e saúde em geral.

VI - Representar a FASUBRA em instâncias de discussões sobre a questão da saúde e HUs.

VII - Realizar e participar do mapeamento de todos os problemas sobre a EBSEH existentes nos HUs, apresentar propostas a DN e Plenárias e deliberar ações para melhoria dos HUs.

- EXCLUSÃO: do Inciso VIII do Art. 57.

Sobre as representações:

- Inclusão de Artigo no Estatuto: "Representações da FASUBRA dever ser entregue relatórios a DN após reuniões chamada pelo governo ou por outras instâncias."

- Poderá ser convocado pela DN a participar das reuniões em conjunto virtualmente ou presencialmente para traçar políticas e cumprimento de deliberações congressuais ou deliberações das plenárias.

- Inclusão Artigo: As plenárias virtuais só poderão ocorrer em casos excepcionais, como Pandemias e situações de extrema impossibilidade de realizar presencialmente.

-Artigo 47- adendo II - Assinar em conjunto com as duas (diretoras) Coordenações Administração e Finanças além da Coordenação Geral, qualquer documento contábeis, contratos, convênios, compras de alto valor, participação das duas coordenações nas apresentações de três orçamentos para deliberação da DN em conjunto com a Coordenação Geral.

-Inclusão: A prestação de contas da FASUBRA deve ser encaminhada semanalmente aos coordenadores de Administração e Finanças detalhadamente pelo funcionário responsável pelos pagamentos o qual os mesmos devem repassar aos coordenadores titulares.

- Inclusão: O Coordenador de Administração de Finanças terá a liberdade de solicitar passagem aérea caso não resida em Brasília para tratar de assuntos sobre Finanças e Administração.

- Inclusão: Disponibilizar em sites, Ids e jornais de circulação da Federação a prestações de contas trimestrais as entidades de bases, cumprindo com a transparência.

- Inclusão: Todo pagamento fora do cotidiano da FASUBRA deve ser consultado os dois Coordenadores de Administração e Finanças (CAF) antes mesmo da compra ou pagamentos não urgentes.

- Inclusão: Proibido qualquer deliberação parcial que traga prejuízo patrimonial ou financeiros, devendo ser deliberado pela maioria em DN.

- Inclusão: Coordenadores de Administração e Finanças deverão participar das prestações de contas apresentada em Plenárias independente da participação da reunião da DN.

PROPOSTA DE INCLUSÃO no estatuto parte Comunicação.

- Art. 49 –São atribuições da Coordenação de Comunicação Sindical e Formação.

- Planejar, fortalecer, elaborar ações da Comunicação e apresentar a DN da FASUBRA no início de cada gestão para aprovação.

- Interagir e Unificar conteúdo entre a Federação e entidades de bases como publicações de editais, jornais e boletins, cartilhas, lives cruzadas entre a FASUBRA e Entidades de Bases sindicais, definindo estratégias da comunicação FASUBRA Sindical, visando atingir seus diferentes públicos-alvo interno e externo, compartilhando com os associados de base, para assim alcançar toda comunidade das universidades com boletins eletrônicos e divulgações em grupos de servidores pelo whatsapp.

- Subsidiar a DN e entidades de Base com estudos e propostas a serem apresentadas.

- Planejar, representar, promover, capacitar e participar de eventos, encontros e seminários sobre assuntos relacionados comunicação como FNDC e outros.

- Aprimorar projetos existentes na FASUBRA pela comunicação.

- Representar a FASUBRA em instâncias de discussões sobre comunicação com a participação da equipe comunicação.

- Realizar mapeamento da comunicação nas entidades de bases.

- A equipe da FASUBRA deverá ser composta minimamente por duas jornalistas CLT dentro da Federação, profissional rádio digital, parceria com rádios universitários, revisor de texto, programador visual, profissional de charges, Studio equipado, profissional gerenciador de mídias sociais, diagramadora/design, profissional quando necessário para traduzir inglês e espanhol e outros, estagiários da comunicação e profissionais de plataformas caso necessite para lives, profissional para dar manutenção ao site da FASUBRA para seguridade das invasões que estamos sofrendo. Deverá ser respeitado a especificidade do trabalho de cada profissional da área de comunicação, evitando desvio de função.

- A DN deverá repor todos os equipamentos necessários para o bom andamento da comunicação.

- Realizar seminários, encontros anualmente para Formação da cultura e artes relacionado a comunicação e acessibilidade da inclusão na comunicação visual e auditivos.
- Combater os Fakes News divulgado pela extrema direita.
- Realizar campanhas nacionais pela Federação em conjunto com as entidades de base, disponibilizando materiais de divulgações no drive da FASUBRA.
- Teto de Orçamento próprio trimestral para avanço da Comunicação deliberado em DN.
- Avançar e alcançar a rede de comunicação através de uma comunicação contra a hegemonia, deve se levar as nossas informações e organização da comunicação de maneira eficaz as associações de bairros, Igrejas, ONGS, culturas, teatros, artes e multiplicar a importância dos sindicatos e federação.
- Realizar transmissão ao vivo, com diversos eventos que a direção da FASUBRA participa, entrevistas com parlamentares e senadores de esquerda e convites para participação em lives para utilizar como forma de comunicação, realizar formação sindical como grupos de teatros para levar as informações a categoria. Investir em publicidade para preservação do planeta, meio ambiente e proteção aos indígenas.

QUEREMOS NOS DIRIGIR AS BASES:

Montem chapas dos TAES LIVRES em todas as assembleias de base, elejam delegados livres das amarras partidárias e venham todos para o XXIV CONFASUBRA, defender nossas teses dentro do PSLIVRE NACIONAL.

A nossa tese estará sempre aberta, ela pode melhorar sempre. Estamos abertos ao diálogo e ao aprendizado com os novos (as) parceiros (as), entre nós não existe o famigerado capismo. Portanto, esta tese está em constante atualização, ela é de todos os TAE Livres do país, ou seja, pessoas livres que não se submetem as correntes político-partidárias, somos apenas subordinados as nossas bases de trabalhadores.

Ser um TAE Livre organizado é fundamental, atualmente somos 95% dos desorganizados dentro das nossas IFES (bases) e somos comandados pelos 5% organizados as forças políticas partidárias. Portanto, temos que nos organizar e tomar as rédeas da Federação.

Sendo assim, **mais uma vez pedimos que todos montem chapas em nome do PSLIVRE e venham para o XXIV CONFASUBRA.**

ASSINAM A TESE: UNIFES`/ SINTUNIFESP (Melissa Elaine Campos Campos - Carlos Azarias - Cristiane Nogueira - Júlio Cesar - Leda Gonçalves- Gerson Abreu - Antônio Pereira - Rodrigo Bizacho - Iara Aparecida Ribeiro - Crystian Mauro Etzel Rats). **UFMS / SISTA** (Artemisia Mesquita de Almeida - Cleodete Candida Gomes - Ana Maria Silva) **UFPI / SINTUFPI** (Alberto Dias Figueirêdo Filho) **UFV – ASAV** (Vanda Lucas- Júlio Cezar dos Reis - José Carlos da Silva - João Sabino - Wilton Adriano - Sebastião Natal - Cleves de Souza Caetano - Maria da Conceição de Souza - José Geraldo de Oliveira - Antônio Vicente da Silva - José Atamaro de Barros - José Francisco Ferreira - Antônio Carlos Ferreira Lopes - João Iris da Cruz - Rita de Cássia Rocha Lucas - Sandra Mazarello da Silva) **UFTM / SINDTAE** (Elizabeth Quaiote - Rolando Rubens Malvásio Júnior).

“Ela virá, a revolução conquistará a todos o direito não somente ao pão mas, também, à poesia. Trotsky”

Pensamento Sindical Livre – PSLIVRE.